

Fisco

Empresa espera 12 anos pela devolução de 86 mil euros

ECONOMIA 18



ECONOMIA

IMPOSTOS

12 anos à espera de uma garantia que o Fisco já devia ter devolvido

Uma teimosia da Autoridade Tributária, uma demora de vários anos em tribunal e, agora, uma sentença que tarda em ser executada. Durante mais de uma década, uma empresa viu-se enredada nas teias da lei e espera ainda pela devolução de 86 mil euros.

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

Uma empresa da zona de Lisboa, ligada ao setor alimentar, espera desde o final de 2006 que o Fisco proceda à devolução de uma garantia prestada, mas entretanto caducada. O caso foi parar ao tribunal, onde andou até ao início deste ano e culminou com uma sentença favorável ao contribuinte. Isso foi em março, mas até agora a sentença ainda não foi executada e a garantia, 86 mil euros entregues à Autoridade Tributária em 2006 para impedir um processo de execução, mantém-se nos cofres do Estado. A ação principal, essa continua algures nas teias da justiça.

Tudo começou no final de 2005 quando a empresa, insatisfeita com uma liquidação adicional de IVA e juros compensatórios, decidiu avançar com uma reclamação junto do Fisco. Na altura, e para travar o inevitável processo de execução fiscal, foi preciso prestar garantia bancária no valor de 86 mil euros. Começou então o processo de espera, que já se previa que fosse longo, mas não tanto como acabaria por se verificar.

Cerca de um ano depois, a empresa recebeu a notícia de que a reclamação tinha sido indeferida e resolveu avançar com um recurso hierárquico, ainda dentro dos serviços da AT. Acontece que a garantia prestada inicialmente já havia caducado porque a decisão sobre a reclamação demorara mais do que um ano e a lei prevê que, a garantia caduca se a reclamação não for decidida no prazo de um ano a contar da apresentação.



Miguel Baltazar

A ação para conseguir que o Fisco devolvesse a garantia correu no TAF do Porto.

Como explica Joaquim Pedro Lampreia, advogado da Vieira de Almeida que tem acompanhado o caso, “esta caducidade da garantia é um importante direito dos contribuintes, pois penaliza a AT quando demora demasiado tem-

po a decidir as reclamações gratuitas”. Basicamente, a lei prevê que as reclamações sejam decididas em quatro meses, um prazo que muito poucas vezes terá sido cumprido, mas “a lei não prevê qualquer punição para o não cumprimento deste prazo”. O que acontece, porém, é que, se passar mais do que um ano, então a garantia caduca e a AT terá de a devolver ao contribuinte”, explica o fiscalista. Nesse caso, o processo continua, até haver uma decisão – seja ainda em fase administrativa, seja já em tribunal – mas a execução fiscal continua suspensa, tal e qual como quando havia ainda uma garantia prestada.

Uma “ilegalidade evidente”

A empresa apresentou então um requerimento a solicitar a declaração de caducidade da garantia, bem como o seu levantamento e a

indenização pelos encargos suportados com a mesma. A resposta dos serviços, porém, foi negativa e o pedido foi indeferido. Uma “ilegalidade evidente”, afirma Joaquim Pedro Lampreia, que levaria o contribuinte a avançar em tribunal com uma ação administrativa especial, para obrigar o serviço de Finanças a reconhecer que a garantia tinha de facto caducado.

Estava-se então em junho de 2007. AAT foi notificada, mas não apresentou sequer uma contestação. E a ação lá foi ficando, no tribunal, à espera de um desenvolvimento que só se verificaria uma dúzia de anos depois. Em março deste ano a sentença foi finalmente proferida, dando razão ao contribuinte e condenando a AT a reconhecer a caducidade da garantia e a proceder ao pagamento dos encargos suportados com a mesma. Também aqui o Fisco – que

não comenta casos concretos – não apresentou qualquer recurso. Mas até agora, também não devolveu a garantia.

Foram precisos quase 12 anos, “o tempo que a justiça demorou a atuar face a uma evidente ilegalidade”, lamenta o advogado e fiscalista, lembrando que “os bancos cobram comissões elevadas e normalmente cativam o montante da garantia, pelo que a empresa teve de pagar as comissões e ficou com este valor bloqueado durante todos estes anos”. A sentença do tribunal vem, aliás, condenar a AT a devolver a garantia, mas, também, a “proceder ao pagamento dos encargos suportados com a sua prestação”.

Quanto à liquidação adicional de IVA, a tal que obrigou à prestação de garantia, acabou por ir também parar a tribunal. E ainda lá continua, sem se saber ainda quem tem razão, se o Fisco se a empresa. ■



A AT nem sequer contestou a ação, pois a ilegalidade era tão evidente que não havia argumentação possível.

JOAQUIM PEDRO LAMPREIA
Advogado da Vieira de Almeida